



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 30/2021
Período: 21/08/2021 - 27/08/2021
GEDES – UNESP/UNIFESP

- 1- Jornalistas comentaram declaração de Augusto Heleno sobre “poder moderador”
- 2- Jornalistas comentaram posicionamentos antidemocráticos de generais governistas das Forças Armadas
- 3- Ex-presidentes consultaram generais sobre risco de golpe
- 4- General discorreu sobre exercício militar usando novo equipamento de visão noturna
- 5- A convite de Bolsonaro, presidente de Guiné-Bissau visitou Brasil com avião da FAB
- 6- Reportagem abordou construção de museu marítimo no Rio de Janeiro
- 7- Em editorial, periódico discorreu sobre Lei de Segurança Nacional
- 8- Abin garantirá segurança da urna eletrônica no pleito de 2022
- 9- Brasil enviou avião cargueiro da FAB ao Haiti após terremoto
- 10- Sete de Setembro I: Jornais repercutiram expectativas sobre ameaças antidemocráticas
- 11- Sete de Setembro II: Governadores solicitaram reunião com cúpula das Forças Armadas
- 12- Periódicos comentaram gestão Pazuello e a ausência de punições aos militares
- 13- Comandante do Exército discursou acerca da garantia da estabilidade
- 14- Colunistas preveem tumultos nas próximas eleições
- 15- Bolsonaro solicitou matrícula de sua filha em colégio militar sem processo seletivo
- 16- Deputada propôs quarentena de cinco anos para agentes de segurança e militares participarem de eleições
- 17- Exército vai cessar distribuição de água em Minas Gerais
- 18- Analistas retomaram história das Forças Armadas e teoria política para discutir problemas atuais
- 19- Dramaturgo comparou campanhas de Jânio Quadros e Bolsonaro

1- Jornalistas comentaram declaração de Augusto Heleno sobre “poder moderador”

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o jornalista Alvaro Costa e Silva comentou a declaração do general da reserva e chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, Augusto Heleno, quando afirmou ser constitucional o uso do artigo 142 da Constituição Federal

pelas Forças Armadas para "coibir excessos" e agir como "poder moderador". O jornalista pontuou que a proposta é um "estupro constitucional", e que Heleno têm plena consciência disso, se utilizando do recurso para "agitar a extrema-direita". Costa e Silva concluiu que o que não está explícito na lei não deve ser cumprido, e que o general "faria melhor" se dedicando à composição de paródias musicais, lembrando a campanha eleitoral do presidente da República, Jair Bolsonaro, em 2018, em que Heleno cantou "se gritar pega centrão / Não fica um, meu irmão". Sobre a declaração de Heleno, em coluna para a *Folha*, a jornalista Cristina Serra comentou que se trata de "outra mentira que só existe nas mentes delirantes desses generais que exalam naftalina de seus ternos mal-ajambrados". (Folha de S. Paulo - Opinião - 21/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/08/21)

2- Jornalistas comentaram posicionamentos antidemocráticos de generais governistas das Forças Armadas

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari, jornalista e autor de livros sobre a ditadura militar no Brasil, questionou o que a Força Armada tem a ver com a transparência eleitoral, tendo em vista que o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quer um representante militar na comissão de transparência das eleições que ocorrerão em 2022. Gaspari comentou a falta de sorte que Barroso teve ao ter sido divulgado um encontro com o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Em sua coluna para a *Folha*, Jânio de Freitas comentou os últimos acontecimentos sobre o desequilíbrio nos três poderes, citando que a formação militar exibida por alguns membros do governo não deveria ser novidade, mas que o general Braga Netto, ministro da Defesa, ainda é capaz de surpreender ao declarar que não houve ditadura no Brasil. Ademais, o jornal *Correio Braziliense* na "Crônica da Cidade" com Severino Francisco, explicitou um pedido do jornalista de que frente aos acontecimentos recentes, as Forças Armadas cumpram sua função constitucional de defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais, e não funcione como uma milícia circunstancial do presidente da República, Jair Bolsonaro. Em coluna para a *Folha*, a jornalista Cristina Serra discorreu sobre os comentários dos generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, este último secretário de governo, nos quais afirmaram não ter havido ditadura militar no país. Braga Netto afirmou que o que houve foi um "regime forte" e que "se houvesse ditadura, talvez muitas pessoas não estariam aqui". Para Ramos, se tratou de um "regime militar de exceção, muito forte" e que se trata de "questão de semântica". Serra destacou as violações de Direitos Humanos do regime, que "matou, torturou, escondeu corpos, estuprou, perseguiu opositores, cassou mandatos, fechou o Congresso" e que negar o que houve é uma ofensa à memória daqueles que lutaram pela democracia, os que morreram e os que sobreviveram. Além disso, Serra indicou como "ainda mais grave" a declaração do general Heleno de que o "ferro-velho apresentado na Esplanada" é "perfeitamente compatível" para atuar na "Garantia da Lei e da Ordem", confessando que se trata de aparelho militar cujo destino é o uso interno em "controversas GLOs [operações de Garantia da Lei e da Ordem], pois o inimigo está aqui dentro". De acordo com a jornalista, tais declarações são reveladoras da "origem, tradição e síndrome de capataz do Exército Brasileiro". Serra conclui declarando que após 30 anos do fim da ditadura, as Forças Armadas ainda não encontraram seu lugar na democracia e, portanto, o poder civil precisa refletir

sobre “que Forças Armadas queremos”. Na seção *Folha Explica*, ao discorrer sobre a crise institucional promovida por Bolsonaro, o papel das Forças Armadas na crise foi indicado como não sendo “algo novo”, já que o presidente chegou a chamar a instituição de “meu Exército”; fez diversas ameaças de uso das Forças e estado de sítio durante a pandemia e, mais recentemente, o desfile militar na Praça dos Três Poderes no mesmo dia da votação do “voto impresso”, que teria sido interpretado como tentativa de “demonstração de força” e pressão contra outros poderes num momento em que se vê em “baixa nas pesquisas”. (Correio Braziliense - Cidades - 22/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 24/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 22/08/21.)

3- Ex-presidentes consultaram generais sobre risco de golpe

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, os ex-presidentes da República Michel Temer, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney e Fernando Collor, preocupados com as ameaças de Jair Bolsonaro de não aceitar os resultados das próximas eleições sem que haja o voto impresso, consultaram generais sobre a real possibilidade de um golpe com o apoio militar. Nas conversas, foi perguntado aos militares sobre a grande participação do presidente nos eventos das Forças Armadas. A resposta foi de que esse é um tipo de proibição que não cabe a eles, mas que não é motivo suficiente para uma ruptura democrática. Todos os cinco presidentes receberam as mesmas informações de que o Exército não tem possibilidade de ruptura. Além disso, ainda segundo a reportagem, as Forças Armadas estão monitorando um possível risco de rompimento das cadeias de comando nas Polícias Militares. Segundo o contato feito diretamente por Cardoso, existe por parte do Exército um desconforto com a postura dos comandantes da Marinha, almirante Almir Garnier, e da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Ademais, a reportagem mostrou que segundo os interlocutores militares, o nome de Lula é uma das principais razões ao apoio a Bolsonaro e que alguns até sonham com a candidatura do atual vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado*, Cardoso deu continuidade aos comentários sobre as ameaças à democracia. Em entrevista, o ex-presidente foi questionado “se a democracia tem força para chegar até 2022”, sobre a qual respondeu que sim, mesmo sofrendo os recentes ataques, que considera pouco concretos e ancorados em discursos e símbolos. Além disso, ele também afirmou não ver “sentimento antidemocrático” no povo brasileiro e que as Forças Armadas não têm “tendência” a apoiar um golpe militar, algo que Cardoso também vê como crucial para um fechamento de regime político. Segundo *O Estado*, em evento online do grupo Parlatório, o sociólogo afirmou achar que a possibilidade de uma ruptura democrática “é baixa”. No evento, Cardoso disse que não vê militares afirmando pretensões de descumprir a Constituição Federal de 1988 e que, apesar de afirmar conhecer pouco das Forças Armadas, não as vê como um “risco à ordem”. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* analisou que as respostas das Forças Armadas, obtidas pelos ex-presidentes, demonstram que as “bravatas” de Bolsonaro “mais revelam fraqueza e isolamento do que força”. No entanto, não é por isso que deixam de ser preocupantes: “São tempos muito estranhos esses em que uma manifestação de respeito de generais do Exército à Constituição traz certo alívio para os cidadãos” afirmou o periódico. (Correio Braziliense - Política - 23/08/21;

Folha de S. Paulo - Opinião - 25/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 22/08/21; O Estado de S. Paulo - Política 23/08/21)

4- General discorreu sobre exercício militar usando novo equipamento de visão noturna

Em coluna escrita no periódico *Correio Braziliense*, o general de brigada e subchefe de Operações do Ministério da Defesa, Sérgio Rezende de Queiroz, comentou sobre a modernização das Forças Armadas brasileiras através da adoção e renovação de seu equipamento, dando destaque a um exercício militar que fez uso de novos helicópteros com visão noturna. Queiroz comentou sobre como a evolução da tecnologia implica na necessidade de “mudanças na doutrina, conjunto das tropas e meios operacionais” nas Forças Armadas em direção ao aprimoramento, para que assim elas se mantenham capazes perante “suas missões em prol da defesa da pátria”. O general destacou a tecnologia de equipamentos de visão noturna, vendo-a como um grande avanço por proporcionar uma “vantagem tática significativa”, possibilitando ações em condições de pouca visibilidade. Ao mesmo tempo, apontou que a adoção desse tipo de tecnologia pode apresentar seus desafios, visto que implica na reelaboração dos modos de coordenação das forças que a utilizam. Queiroz comentou sobre um exercício militar planejado pelo Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), no qual seriam alçados voos dos novos helicópteros embutidos de óculos de visão noturna (OVNs), as aeronaves H-225M. Tal ação objetivou “fomentar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, na busca do desenvolvimento de novas capacidades a partir da integração de melhores práticas, com resultado direto no preparo permanente para a defesa da pátria”. O exercício ocorreu entre os dias 16 e 20/08/2021 no Comando de Aviação do Exército em Taubaté, em São Paulo, contando com tropas da 12ª Brigada de Infantaria Leve para simular um contexto de “situação tática” - totalizando cerca de 165 militares provenientes das três Forças - e com os tripulantes dos helicópteros, os quais passaram previamente por um longo treinamento, simulações e “nivelamento doutrinário”. Queiroz caracterizou a operação como complexa, especialmente por ter sido feita à noite. Os H-225M são frutos do Projeto H-XBR, iniciado em 2008, que objetiva produzir, industrializar, desenvolver e fornecer 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas, os quais serão utilizados em missões de resgate, busca e salvamento, além de infiltração aeromóvel, evacuações aeromédicas e outros casos. Atualmente, o projeto já entregou às Forças Armadas 36 helicópteros e outros 2 para a presidência da República, estando planejado para terminar apenas em 2027. Segundo o militar, o H-XBR e a produção desse tipo de equipamento fomentam vários setores econômicos na indústria de Defesa nacional, além de promover a transferência de tecnologia e a ampliação da capacidade brasileira no campo aeronáutico. (*Correio Braziliense* - Opinião - 23/08/21)

5- A convite de Bolsonaro, presidente de Guiné-Bissau visitou Brasil com avião da FAB

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, pretende enviar aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) para possibilitar uma visita presidencial do mandatário de Guiné-Bissau, Umaro El Mokhtar Sissoco Embaló, ao Brasil. No texto, o jornal descreve o guineense

como o “Bolsonaro da África”, sendo ele um militar da reserva, admirador do presidente brasileiro e com tendências autoritárias, além de ser alvo de críticas pela indicação de militares para posições de destaque no governo. Sobre este ponto, o jornal apontou uma fala de Embaló do dia 20/07/2021 para a *Deutsche Welle* sobre uma conversa com o vice-presidente da República do Brasil, general Hamilton Mourão, durante o encontro promovido pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na qual o brasileiro teria dito que a candidatura de Bolsonaro em 2018 foi “por entender que o Brasil não podia mais correr riscos”, já que “os civis não se entendem”. Segundo o professor Alexandre dos Santos, Embaló busca se associar a Bolsonaro para justificar ações internas, como a militarização do governo e a narrativa de que militares podem “lidar com problemas para os quais civis não encontram solução, como a corrupção”. Sobre o uso da aeronave da FAB, a *Folha* o apontou como um episódio incomum, tendo em vista que o costume é que autoridades estrangeiras “venham ao país em avião próprio ou arquem com as despesas do voo”, levando o jornal a questionar o Itamaraty sobre a veracidade do uso, ao que o Ministério confirmou. Além disso, o corpo diplomático que trabalha na pasta também apontou ao jornal que tal situação não é inédita, tendo sido feita para “países menores e com poucos recursos”. O Ministério das Relações Exteriores, ao mesmo tempo ressaltou que o ato “insere-se no quadro de laços culturais, históricos, linguísticos e de amizade que o Brasil mantém com Guiné Bissau”, lembrando também os efeitos que a pandemia de covid-19 causou nas conexões aéreas. A visita do mandatário no Brasil deve durar uma semana e além dos encontros com lideranças políticas deve incluir uma visita à Marinha no Rio de Janeiro. (Folha de S. Paulo - Mundo - 23/08/21)

6- Reportagem abordou construção de museu marítimo no Rio de Janeiro

Em reportagem para o jornal *Folha de S. Paulo*, Francesca Angiolillo discorreu sobre polêmicas envolvendo a construção do primeiro Museu Marítimo do Brasil, que se localizará no Rio de Janeiro, ressaltando que os planos de construção têm origem na Marinha, que visa demolir o Espaço Cultural da Marinha (ECM), localizado na baía de Guanabara, para construir o novo edifício. O prédio antigo tem origem em 1996 e detém um “ar de colonial”, tendo sido feito para abrigar atrações e embarcações, como o submarino-museu Riachuelo. Sobre a destruição do prédio antigo, a Marinha afirmou que o local “não atende às necessidades de museu no que tange à conservação, acervo, fluxo, visitação, bem-estar público, entre outras coisas”, e que por isso deve ser demolido e substituído. Os arquitetos responsáveis pelo projeto disseram que o museu terá “dois edifícios interligados por uma passarela que remete à de embarque de um navio”, além de poder receber embarcações visitáveis e hospedar um tanque, um helicóptero e um avião do acervo, fazendo-se uso de uma ponte-rolante. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 23/08/21)

7- Em editorial, periódico discorreu sobre Lei de Segurança Nacional

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* lembrou a aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.108/2021 que revogou a Lei de Segurança Nacional (LSN) e criou novos títulos no Código Penal relativos a crimes contra o Estado Democrático de Direito. Para o jornal, essa reforma foi “um passo importante” na defesa do Estado e da democracia, estabelecendo uma norma que “respeita as liberdades e garantias fundamentais”. Contudo, *O Estado* disse que a LSN não se

caracterizava como “mero entulho autoritário”, visto que o Supremo Tribunal Federal (STF) sempre manifestou a validade da lei perante a Constituição Federal de 1988. Ainda assim, o jornal reconheceu na LSN “uma estrutura voltada para a proteção ideológica do Estado”, criando o risco de que seu texto fosse interpretado e usado na defesa da honra de membros do Estado brasileiro ou de determinadas correntes de pensamento. Esse perigo tomou maior materialidade no governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, que usou a LSN para “calar e intimidar opositores” em uma atitude “incompatível com a Constituição” e com o Estado Democrático de Direito. Mesmo assim, para o periódico, a norma ainda “protegia bens jurídicos importantes, especialmente em relação ao funcionamento das instituições democráticas”. Desse modo, ressaltou-se a importância de que a lei substituta defina crimes que ameacem ou impedem o pleno funcionamento do Estado Democrático de Direito, sendo sua preservação o “ponto fundamental da nova lei”. Entre os crimes incluídos no novo texto está o atentado à soberania, a espionagem e o golpe de Estado. Outro destaque apontado pelo editorial foi a abertura de novas aplicações do artigo 286 do Código Penal - que pune incitações públicas a crimes -, já que a PL 2.108/2021 inclui que incitar animosidade entre as Forças Armadas, ou delas contra os poderes constitucionais, as instituições civis ou a sociedade é conduta criminosa, podendo acarretar em três a seis meses de prisão ou multa. Por fim, o jornal completou dizendo que atualmente “é necessário dispor de instrumentos jurídicos que [...] não sejam tolerantes com ataques e ameaças ao funcionamento das instituições”. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/08/21)

8- Abin garantirá segurança da urna eletrônica no pleito de 2022

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) firmou um contrato de R\$2.455.140,00 com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 27/05/2021 para prestar serviços na garantia da segurança das urnas eletrônicas durante o pleito eleitoral de 2022. O acordo prevê que o órgão fornecerá ao TSE “apoio, orientação e técnicos e especializados [...] nas áreas de criptografia, segurança de *hardware* e das comunicações, segurança e auditoria de sistemas de votação, segurança física e computação forense”. Tal procedimento é padrão, sendo que o apoio da Abin às eleições tem sido feito há 23 anos e, segundo o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - sob o qual é operada a Abin -, desde 1998 a agência elabora o código fonte de algoritmos - que cifra os dados da urna - para o uso exclusivo do TSE durante as eleições, além da assinatura do *software* dos arquivos de resultado das votações. (O Estado de S. Paulo - Política - 23/08/21)

9- Brasil enviou avião cargueiro da FAB ao Haiti após terremoto

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil enviou no dia 22/08/2021 um contingente de 32 bombeiros, quase 7 toneladas de material e equipamento de emergência e 3,5 toneladas de medicamentos para o Haiti como auxílio de emergência pelo terremoto de magnitude 7,2 graus ocorrido na semana anterior, o qual vitimou 2,2 mil pessoas. Tal missão foi despachada na aeronave KC-390 Millennium da Força Aérea Brasileira (FAB), em um evento que contou com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do ministro da Defesa, general Walter Souza Braga Netto. O Brasil liderou o componente militar da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah). *O Estado* também relatou que houve uma “questão técnica” a respeito da aeronave junto

à FAB: O avião havia realizado uma escala na Base Aérea de Cachimbo, no Pará, por causa de um problema não detalhado, e sua chegada a Porto Príncipe, capital do Haiti, prevista para o dia 22/03/2021, foi adiada para o dia seguinte. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 23/03/21)

10- Sete de Setembro I: Jornais repercutiram expectativas sobre ameaças antidemocráticas

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o general da reserva Paulo Chagas classificou como “bravatas” e “discurso inflamado nas redes sociais” as ameaças antidemocráticas de aliados do presidente da República, Jair Bolsonaro, que anunciam atos pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 07/09/2021, feriado da Independência do Brasil. Para o general, não há possibilidade de que nenhuma das Instituições sejam fechadas e a melhor solução para a “crise institucional fomentada por Bolsonaro é o diálogo”. Além disso, para o militar, caso ninguém o faça, “as instituições mais vocacionadas para mediar conflitos são as Forças Armadas”, que devem “estabelecer a lei e a ordem”. Segundo o *Correio*, o general Chagas se posicionou contrário à politização das Forças Armadas, que não devem “tomar partido nas brigas da República” e teceu críticas ao ministro da Defesa, general Walter Braga Netto. O militar declarou que não apoiará Bolsonaro nas próximas eleições e que acredita que o nome de uma “terceira via” seria o mais apropriado, embora ainda não saiba qual será. Ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde declarou que o “clima é de tensão e preocupação” após Bolsonaro pedir o *impeachment* do ministro do STF Alexandre de Moraes e se apropriar do 07/09 para os atos antidemocráticos, vistos pelo Planalto como um “divisor de águas”. Para Cantanhêde, Bolsonaro “rachou as Forças Armadas, ao intervir no Ministério da Defesa e nos comandos de Marinha, Exército e Aeronáutica”. A jornalista retomou a fala do vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, de que se trataria de “fogo de palha, preocupação zero” e declarou que, embora a intenção de Mourão tenha sido de “tranquilizar o país”, está difícil e “basta um punhado de malucos para transformar o fogo de palha em incêndio”. Em transmissão ao vivo pelas redes sociais em 26/08/21, segundo relato do *Correio Braziliense*, Bolsonaro afirmou que os atos simpáticos ao seu governo até hoje foram pacíficos “porque tem muito agente de segurança, muito policial civil, militar, das Forças Armadas que não vão deixar esse pessoal fazer baderna e querer nos culpar”. O periódico, porém, relatou preocupações das autoridades de São Paulo e do Distrito Federal com a presença de radicais bolsonaristas, incluindo policiais militares. Em coluna ao *Correio*, o jornalista Carlos Alexandre de Souza relatou que integrantes das Forças Armadas estão se mobilizando para os atos em Brasília. O jornalista citou uma tenente-coronel da reserva, identificada como Regina, que em vídeo nas redes sociais convocou militares veteranos e familiares que moram em Brasília para se concentrarem em frente ao Ministério da Defesa. Segundo o jornalista, a tenente-coronel se apresenta como “militar do Exército, filha de militar do Exército, ex-esposa de militar do Exército e mãe de um militar do Exército”. Já a *Folha de S. Paulo* identificou a tentativa dos bolsonaristas de inverterem a narrativa e dar um verniz democrático aos atos do dia 07/09. O jornal relatou que as convocações substituíram palavras de ordem com mensagens anticonstitucionais e autoritárias por termos mais democráticos como “redemocratização já”, “respeito à Constituição” e “renovação do STF”. O jornal pontua, porém, que em grupos

de aplicativos de mensagens há desde apoiadores que endossam um estilo mais moderado light até quem pregue ações violentas. Segundo o jornal, bolsonaristas reivindicam o resgate de causas que nortearam atos desde 2020, como o clamor por intervenção militar. Outra colunista que comentou as expectativas para o dia 07/09 foi Angela Alonso, em texto para a *Folha*. A professora universitária chamou a atenção para o caráter militarista do feriado, com o desfile das tropas instituído desde 1969, em meio à ditadura militar, cuja mitologia de “bons tempos” segue sendo evocada pelo bolsonarismo. Segundo a colunista, a convocação bolsonarista deste ano é para um feriado “gigante”, verde-amarelo, temente a Deus, bem financiado e bem armado. Ela disse acreditar que, apesar do apelo dos governadores, a paz esteja de “malas prontas” para fugir no feriado. (Correio Braziliense - Política - 24/08/21; Correio Braziliense - Política - 27/08/21; Correio Braziliense - Cidades - 27/08/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 27/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/08/21)

11- Sete de Setembro II: Governadores solicitaram reunião com cúpula das Forças Armadas

Segundo publicado pelo *Correio Braziliense*, governadores de diversos estados anunciaram que pediram reunião com a cúpula das Forças Armadas, com o intuito de discutir as manifestações “em favor do presidente e contra o Supremo Tribunal Federal (STF)”, marcadas para o dia 07/09/2021. As preocupações relacionadas ao evento têm origem no tom ameaçador dos organizadores, problemática que se intensificou após ser descoberto que policiais militares (PM) têm convocado seus pares a participarem do evento, ato proibido pela corporação. Entre os membros está o coronel da polícia Aleksander Lacerda, ex-chefe do comando de policiamento do interior, afastado após ter ofendido o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o governador de São Paulo, João Dória. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o jornalista e autor de uma coletânea sobre o regime militar, Elio Gaspari defendeu que “As PMs são uma questão militar”. Ao comentar o caso do afastamento de Lacerda, Gaspari afirmou que o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, por sua condição de ministro e general e tendo em vista seu papel na intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018, “sabe melhor que ninguém o que está acontecendo em algumas polícias militares”. Para o jornalista, o “problema sobre a mesa” é se “as PMs são forças auxiliares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou o Exército, a Marinha e a Aeronáutica podem viver situações políticas em que são forças auxiliares das PMs?”. As “convocações”, no entanto, não se restringiram a membros da PM. A *Folha* realizou entrevistas com policiais militares, repercutindo o afastamento de Lacerda após as declarações antidemocráticas. O coronel reformado da PM Alberto Sardilli, ex-comandante da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) em São Paulo, afirmou que a polícia é comprometida com a democracia mas apoiará as Forças Armadas caso se chegue ao “limite extremo” de uma intervenção: “se realmente houver quebra da paridade dos Poderes, da independência, certamente vamos ter que tomar uma medida para voltar à condição democrática original”. (Correio Braziliense - Política - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21).

12- Periódicos comentaram gestão Pazuello e a ausência de punições aos militares

Conforme publicado pela *Folha de S. Paulo*, o periódico recebeu no dia 23/08/21 da Controladoria-Geral da União (CGU) documento que reverte o sigilo do processo de Eduardo Pazuello, general da ativa e ex-ministro da Saúde, ao definir um prazo de 20 dias para que documentos do procedimento administrativo sejam entregues. O processo se refere à participação do general no ato político do dia 23/05/21 no Rio de Janeiro, na qual o presidente da República, Jair Bolsonaro, proferiu uma série de ataques contra as medidas de prevenção à Covid-19, e retomou falas como “meu Exército”. Pazuello, no papel de ministro, subiu junto ao presidente em um palanque. Após o ocorrido, o general não sofreu penalizações e o processo foi colocado em sigilo pelo Exército pelos próximos 100 anos, sob a justificativa de “preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem do oficial [Pazuello], bem como resguardar os preceitos constitucionais da hierarquia e da disciplina, no âmbito das Forças Armadas”. No final de julho de 2021, a *Folha* recorreu à CGU, após tentativas malsucedidas de ter acesso à documentação relativa ao ocorrido, com base na Lei de Acesso à Informação. De acordo com a *Folha* e *O Estado de S. Paulo*, o Ministério Público Militar (MPM) realizou uma investigação “a jato”, concluindo que os atos políticos praticados por Pazuello e pelo tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, comandante da Aeronáutica, não configuraram crimes. O comandante da Aeronáutica usou suas mídias sociais para propagar conteúdo de cunho político e favorável ao governo Bolsonaro. O procurador-geral da Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, determinou o arquivamento das acusações relacionadas a Pazuello após duas semanas da abertura, já no caso do comandante da Aeronáutica, esse período chegou a pouco menos de um mês. Segundo a *Folha*, este tem sido o “modus operandi” do MPM que em “dois anos e meio arquivou 65 procedimentos envolvendo militares das mais altas patentes”. Ainda sobre o tema, segundo a *Folha*, após a revelação de que o Ministério das Relações Exteriores obteve sucesso em negociar em segredo com a Índia a compra de imunizantes para a Covid-19 por 10% do valor gasto, sem sucesso, pela Fiocruz para a mesma operação, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia pedirá esclarecimentos ao governo. A reportagem indica ainda que os senadores pretendem pedir ressarcimento, citando Bolsonaro e Pazuello. Segundo o jornal, as tentativas fracassadas de trazer as vacinas geraram prejuízos de US\$500 mil, envolvendo grande publicidade e um avião fretado e envelopado. As mesmas vacinas foram depois trazidas, com sucesso e em segredo, pelo Itamaraty por US\$55 mil. (*Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 25/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21*)

13- Comandante do Exército discursou acerca da garantia da estabilidade

De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o atual comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, fez um discurso no dia 25/08/2021 em que discorreu acerca da garantia da estabilidade e dos poderes constitucionais. Na presença do presidente da República, Jair Bolsonaro, o general afirmou que o “Exército, a Marinha e a Aeronáutica estão sempre prontos para cumprir a missão delegada pelos brasileiros na Carta Magna”. Em editorial assinado pelo diretor de opinião do jornal, Antonio Carlos Pereira, o discurso do comandante foi caracterizado como “exemplo de maturidade e

responsabilidade”. O articulista apontou que a reafirmação do compromisso das Forças Armadas com os “anseios de tranquilidade, estabilidade e desenvolvimento” destoam do próprio governo de Bolsonaro, ressaltando que o país precisa urgentemente de adultos. (O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Notas e informações - 27/08/21)

14- Colunistas prevêem tumultos nas próximas eleições

Em coluna para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Bruno Boghossian discorreu sobre as possibilidades de que as eleições de 2022 sejam marcadas por um tumulto descentralizado, semelhante ao que ocorreu durante a invasão do Capitólio pelos apoiadores de Donald Trump nos Estados Unidos. Para o colunista, há dúvidas acerca da capacidade do presidente da República, Jair Bolsonaro, em coordenar um golpe com apoio das Forças Armadas, contudo “se um único juiz decidir dificultar a votação e o Exército mantiver segredo até executar a ordem, estará criada incerteza suficiente para dar ao presidente uma plataforma para convocar um levante e se recusar a deixar o cargo”. Em sua coluna para *O Estado de S. Paulo*, William Waack comentou a crença de Bolsonaro de que pode contar com as Forças Armadas e legitimação jurídica, em um possível contragolpe contra os “usurpadores do poder do presidente”. Para Waack, Bolsonaro se encontra isolado, uma vez que não construiu uma base de apoio política capilarizada e nem tem adesão das cadeias de comando militares. O jornalista colocou que o chefe do executivo “acha que manda, mas não comanda nada”, mas inferiu que apesar de ninguém ter medo de Bolsonaro como dirigente político, se teme a “tragédia que parece empenhado em provocar”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 26/08/21; O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/21)

15- Bolsonaro solicitou matrícula de sua filha em colégio militar sem processo seletivo

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, pediu ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que sua filha seja matriculada no Colégio Militar de Brasília, sem passar pelo processo seletivo da instituição. O jornal lembrou o caso da deputada Carla Zambelli, cujo filho passou a estudar na instituição sem ter realizado o processo seletivo. No caso da deputada, a autorização foi dada pelo general Edson Leal Pujol, à época comandante do Exército, com base no artigo 92 do Regulamento dos Colégios Militares (R-69): “os casos considerados especiais poderão ser julgados pelo comandante do Exército”. A *Folha* avalia que o mesmo deverá se aplicar ao caso da filha de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21)

16- Deputada propôs quarentena de cinco anos para agentes de segurança e militares participarem de eleições

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Relatora do novo Código Eleitoral, deputada Margarete Coelho, apresentou um parecer que abarca uma quarentena de cinco anos para militares, policiais, juízes e promotores concorrerem em eleições. O dispositivo dispõe que ficarão inelegíveis para cargos públicos os agentes que não tenham se afastado definitivamente das suas funções por, pelo menos, cinco anos antes da candidatura. O texto prevê que a inelegibilidade não afeta “juízes, membros do Ministério Público, militares

e policiais que estejam no exercício do mandato eletivo ou que já tenham exercido mandato até a publicação do código”. A *Folha* ainda indicou que a proposta encontra apoio na Câmara tanto na oposição quanto entre partidos do chamado “centrão”, unidos pela tentativa de barrar pretensões políticas de integrantes da força-tarefa da Lava Jato, além de conter a politização de quartéis e polícias. O *Estado de S. Paulo* relatou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, pretende vetar a medida caso ela venha a ser aprovada no Congresso. O jornal citou uma fala de Bolsonaro em transmissão ao vivo nas redes sociais em 26/08/21: “O policial, o militar e o juiz também têm direito de se candidatar. Para tirar o Sérgio Moro não posso prejudicar todo mundo”. (Folha de S. Paulo - Poder - 26/08/21; Folha de S. Paulo - Poder - 27/08/21; O Estado de S. Paulo – Política - 27/08/21)

17- Exército vai cessar distribuição de água em Minas Gerais

Conforme publicado no periódico *Folha de S. Paulo*, as prefeituras do semiárido mineiro receberam um comunicado advertindo sobre a suspensão do programa de abastecimento de água potável via caminhões-pipa. O jornal enfatizou que a medida se dá em meio a uma forte seca e que os cinco municípios atendidos (Espinosa, Francisco Sá, Jaíba, Manga e Itaobim) já declararam estado de emergência pela falta d’água. Segundo o Exército, a paralisação da Operação-Pipa se dá em decorrência da falta de dinheiro. A justificativa foi confirmada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que afirmou haver recursos suficientes para “manter a operação apenas até o final do mês de agosto, quando o montante aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 será utilizado em sua integralidade”. (Folha de S. Paulo - Cotidiano - 26/08/21)

18- Analistas retomaram história das Forças Armadas e teoria política para discutir problemas atuais

Em coluna para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Ruy Castro relembrou o caso de Benjamim Vargas, irmão do ex-presidente da República, Getúlio Vargas. Benjamim foi nomeado pelo irmão Chefe de Polícia do Distrito Federal com o intuito de tramar contra as eleições presidenciais marcadas para o ano de 1945, que marcariam o encerramento do governo de Getúlio. O jornalista lembrou que, além de irmão do ditador, Benjamim Vargas era também oficial do Exército, mas jogava as instituições na rua, e isso o Exército não tolerou. Vendo em sua nomeação um uso da Força Armada para garantir o continuísmo, os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra agiram, depuseram Getúlio Vargas e as eleições transcorreram normalmente. Já a professora universitária Claudia Costin relembrou, em coluna para a *Folha*, os aniversários de duas datas marcantes: o suicídio de Vargas, em 24/08/1954 e a renúncia de Jânio Quadros, em 25/08/1961. Costin destacou as datas como lembrança de pessoas concretas, com acertos e erros, que enfrentaram o desafio de implementar políticas públicas e deixaram legados concretos, que duram até hoje: de Vargas, a economia diversificada e a legislação trabalhista; de Quadros, o espaço aberto para a posse de João Goulart, o regime parlamentarista e o golpe militar subsequente. O jornalista Severino Francisco, em coluna para o *Correio Braziliense*, citou o marechal Rondon, herói do Exército, como exemplo de dignidade no trato com os povos da floresta, tendo-os defendido contra os madeireiros, os garimpeiros e os ignorantes. Tal exemplo, segundo o autor, deve alimentar maior respeito à dignidade dos indígenas, contrários ao

estabelecimento da tese do marco temporal no Supremo Tribunal Federal. Já o advogado Almir Pazzianotto Pinto tratou, em coluna para o *Estado de S. Paulo*, dos efeitos do militarismo. Segundo o autor, o militarismo é o mais nocivo e cruel dos regimes. Citando Gianfranco Pasquino, teórico político, o autor entende o militarismo como “vasto conjunto de hábitos, ações e pensamentos associados com o uso de armas e com a guerra, mas que transcende os objetivos puramente militares. (...) Ele visa objetivos ilimitados; objetiva penetrar em toda a sociedade, impregnar a indústria e a arte, conferir às forças armadas superioridade sobre o Governo; rejeita a forma científica e racional de efetuar a tomada de decisões e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé”. A economista Laura Kapurska, em coluna ao *Estadão* lembrou que o Estado tem como um de seus fundamentos o monopólio do uso da força. No Brasil, os agentes responsáveis por aplicar as forças coercitivas seriam as Forças Armadas e os agentes de segurança (polícias militares, civis e federais), as quais devem atender a interesses do Estado, não políticos. Segundo a autora, “a partir do momento em que agentes de segurança pública passam a personificar o uso da força ou se mostram viesados politicamente, a estrutura estatal que unifica todas as instituições que firmam uma nação fica ameaçada”. Já o jornalista Luiz Carlos Azedo tratou do negacionismo em sua coluna no *Correio Braziliense*. O autor partiu da definição de negacionismo como o ato de negar uma informação estabelecida em bases científicas, ou seja, amplamente estudada e comprovada. Para isso, segundo o articulista, o negacionismo utiliza os preconceitos e o senso comum para construir teorias conspiratórias. Ele citou como um negacionismo, por exemplo, a postura de se admitir as Forças Armadas como poder moderador, elemento que não existe na Constituição. (*Correio Braziliense* - Cidades - 27/08/21; *Correio Braziliense* - Política - 27/08/21; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 27/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Espaço Aberto - 27/08/21; *O Estado de S. Paulo* - Economia - 27/08/21)

19- Dramaturgo comparou campanhas de Jânio Quadros e Bolsonaro

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o dramaturgo, crítico de cinema, diretor e fundador do festival “é tudo verdade”, Amir Labaki convocou os leitores a se recordarem de 1961, fazendo um paralelo entre as campanhas de Jânio Quadros e Jair Bolsonaro. Ao apontar as semelhanças e diferenças entre os presidentes, Labaki afirmou que a crise de 1961 foi “o último teste de resistência vencido democraticamente pela Constituição de 1946”, e o golpe, derrotado, pelas ações tanto das esferas civis quanto militares. Para o dramaturgo, a “dúvida que paira” é se haverá a mesma defesa do regime democrático em 2022: “só assim será possível, como foi há 60 anos, impedir uma nova aventura autoritária”. (*Folha de S. Paulo* - Opinião - 25/08/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes

jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Grasiano Campos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Débora Cruz Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giovani Nunes de Aguiar (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giovanna Palas Soares Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Grazielly Dourado Santos (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isadora Antunes Botelho (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais); Thalia Cristina Vieira Lima (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).